

**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 4/2023, em que são recorrentes **Celestino Gomes Semedo e Outros**, e entidade recorrida o **Tribunal da Relação de Sotavento**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 15/2023

(Autos de Amparo 04/2023, Celestino Gomes Semedo; Edmar Jorge dos Santos e Patrick Semedo Lopes v. TRS, Aperfeiçoamento por Obscuridade na Indicação das Condutas Impugnadas)

I. Relatório

1. Os Senhores Celestino Gomes Semedo; Edmar Jorge dos Santos e Patrick Semedo Lopes interpuseram recurso de amparo contra o *Acórdão TRS 04/2023, de 6 de janeiro*, que “julgou improcedente recurso interposto sobre a declaração de especial complexidade” sem audição prévia dos recorrentes, pelas seguintes razões:

1.1. De facto, na medida em que:

1.1.1. Indiciados pela prática de crimes vários, foi-lhes aplicada medida de coação de prisão preventiva, da qual recorreram para o TRS;

1.1.2. Três meses depois, o MP promoveu a declaração de especial complexidade do processo, da qual os recorrentes não foram notificados diretamente, o que “motivou o mandatário dos recorrentes a pedir que o tribunal recorrido” suprisse essa omissão, porém, “sem efeito”;

1.1.3. Sendo surpreendidos com a declaração de especial complexidade no dia 10 de outubro de 2022, antes de se pronunciarem sobre a promoção do MP, posto que tendo sido notificados no dia 30 de setembro, teriam até o dia 10 de outubro para o fazer.

1.1.4. Isso demonstraria que o órgão judicial recorrido não teve sequer o cuidado de atentar aos prazos, já que, caindo o termo do prazo num sábado, tinham, nos termos do artigo 136, nº 3, do CPP, até a segunda-feira seguinte, dia 10 para o fazerem;

1.1.5. Acrescendo que “os recorrentes não foram notificados da promoção do MP, nem muito menos ouvido[s] antes do 1º [J]uízo-[C]rime” ter proferido o despacho, pelas mesmas razões, o que demonstraria que “o tribunal recorrido tinha um prejuízo formado” e sequer “esperou o prazo concedido aos mandatários para [se] pronunciarem sobre a promoção do MP”.

1.1.6. Tendo recorrido dessa decisão, o TRS confirmou-a, mantendo os recorrentes detidos e privados dos seus direitos fundamentais, contrariamente ao que considera entender a doutrina e o Tribunal Constitucional.

1.2. E de direito, que:

1.2.1. Essa conduta viola os artigos 7, al. b), 17, nº1, 18, 29 e 30, todos da CRCV;

1.2.2. “A omissão de audiência prévia do arguido conduz a uma mera irregularidade, quando a lei sanciona como nulidade insanável é extravasar todos os limites de razoabilidade que é de esperar de um tribunal que se encontra repleto de magistrados com largos anos de experiência”, além de contarem de forma equivocada o prazo.

1.2.3. Essa interpretação violaria os direitos fundamentais dos recorrentes, sendo “ilegal, arbitrária e inconstitucional”, posto que “nos termos dos artigos 150, 151 al. c), todos dos CPP, constitui nulidade insanável”.

1.3. Como esta Corte já havia admitido “um recurso de amparo sobre a mesma matéria, remete para os “nossos fundamentos desenvolvidos” nos Acórdãos nº 8/2022, de 4 de março e 38/2022, de 12 de agosto.

1.3.1. Esses mesmos fundamentos teriam sido apresentados ao órgão recorrido;

1.3.2. Mas, este, perdendo a oportunidade de repor a legalidade e fazer a justiça, ao julgar improcedente o recurso que interpuseram, deixam-nos sem outra alternativa a não ser se socorrerem do presente amparo constitucional por violação das garantias ao contraditório, à ampla defesa e à audiência prévia e o direito a um processo justo e equitativo.

1.4. Nas conclusões retomam esse arrazoado e precisam que:

1.4.1. “Os recorrentes não foram notificados diretamente da promoção do MP, nem muito menos ouvidos antes do mmo. juiz do tribunal recorrido ter proferido” o despacho de declaração de especial complexidade do processo, mantendo-os privados da sua liberdade;

1.4.2. “Entendemos que antes de ter sido declarado especial complexidade, deveria notificar[-se] os recorrentes da promoção do MP, ou seja, conceder-lhe[s] a possibilidade de exercer o contraditório, isto, mediante audiência prévia e só depois proferir o despacho, o que não é o caso dos autos, porque neste caso o despacho foi proferido no prazo dos recorrentes”;

1.4.3. “O entendimento do tribunal recorrido de que tal omissão constitui uma mera irregularidade é uma interpretação ilegal, arbitrári[a] e inconstitucional”, pois o “tribunal recorrido é de entendimento que não é necessário [realizar?] audiência prévia antes de ser proferido despacho que” seja desfavorável aos recorrentes. “E nos termos dos artigos 150 e 151 al. d) do CPP constitui nulidade insanável, daí que a tese defendida pelo tribunal recorrido não mere[ça] prosperar por ser lesiv[a] [d]os direitos fundamentais do recorrente”.

1.4.4. Reiterando tratar-se de decisão ilegal, arbitrária e que deve ser alterada por outra que atenda aos fundamentos apresentados e repare os direitos fundamentais dos recorrentes, devendo ser declarada nula e de nenhum efeito o despacho que terá declarado especial complexidade nos presentes autos.

1.5. Pede que o recurso seja:

1.5.1. Admitido;

1.5.2. Julgado procedente “e, consequentemente, revogado o [A]cordão nº 4/2023 datado de 05/01/2023 do Tribunal da Relação de Sotavento, com as legais consequências”; e que

1.5.3. Sejam restabelecidos os direitos, liberdades e garantias fundamentais; e

1.5.4. Oficiado o TRS para juntar aos presentes autos a certidão de todo o processo ordinário nº 305/2022.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Sr. Procurador Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Os recorrentes suscitam a violação de direitos amparáveis e estão providos de legitimidade por serem pessoas direta, atual e efetivamente afetadas pela decisão que não atendeu às suas pretensões, porém devem ser convidados a juntar procuração nos autos, na medida em que a petição foi assinada por advogado que não juntou qualquer procuração, certificando o mandato;

2.2. Na medida em que a decisão proferida pelo TRS é irrecorrível nos termos do artigo 437, nº 1, al. j) do CPP, encontram-se esgotados todos os meios ordinários de defesa de direitos, liberdades e garantias e a violação foi expressa e formalmente invocada no processo logo que os ofendidos tiveram conhecimento e requereram a sua reparação;

2.3. O recurso mostra-se igualmente tempestivo, posto que a decisão impugnada é de 6 de janeiro de 2023 e o recurso deu entrada no TC no dia 27 de janeiro, portanto, no seu entender, dentro do prazo estabelecido pela lei.

2.4. Assim, “face aos fundamentos aduzidos” considera que “presente recurso deve ser admitido por estar provido de todos os pressupostos de admissibilidade, sem prejuízo de, nos termos do artigo 17 da Lei do Amparo, serem os recorrentes convidados a regularizarem o mandato”.

3. Marcada sessão de julgamento para o dia 17 de fevereiro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

II. Fundamentação

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão 9/2017, de 8 de junho, Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado,

publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017), pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser

legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...))”.

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos, liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições

jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão n.º 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, apesar de os recorrentes terem apresentado a sua peça na secretaria deste Tribunal, indicando expressamente que se trata de um recurso de amparo, incluindo uma exposição das razões de facto que a fundamentam e integrando um segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos, a identificação concreta das condutas que pretendem impugnar é quase impossível, nomeadamente por não estarem devidamente segmentadas como mandaria a boa técnica expositiva. Antes, são apresentadas potencialmente no quadro de uma exposição de factos intercalada com potenciais imputações de violação ao órgão judicial recorrido.

2.3.5. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos

parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.3.6. Ora, para que a avaliação de admissibilidade deste recurso possa prosseguir, é absolutamente necessário que este Tribunal tenha condições de conhecer com o máximo de precisão possível as condutas concretas que os recorrentes pretendem que sejam escrutinadas. No caso, só se consegue alcançar que elas gravitariam em torno da desconsideração de um dever de notificar os arguidos de promoção do Ministério Público no sentido de se declarar a especial complexidade do processo e da qualificação dessa omissão, mas a forma como se construiu o arrazoadado remete para vários potenciais desdobramentos que o Tribunal por si só não consegue precisar.

2.4. Destarte, resultando tal obscuridade da peça, devem os recorrentes identificar da forma o mais precisa possível as condutas imputáveis ao órgão judicial recorrido que pretendem que o Tribunal Constitucional escrutine.

2.4.1. Isso sem a necessidade de retomarem a exposição de factos e do direito; mas

2.4.2. Simplesmente, apresentando, sem mais considerações, de forma segmentada a(s) conduta(s) que pretendem que o Tribunal Constitucional escrutine no âmbito dos presentes autos de recurso de amparo.

III. Decisão

Pelo exposto, nos termos do artigo 17, parágrafo primeiro, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os Juízes-Conselheiros do Tribunal Constitucional decidem determinar a notificação dos recorrentes para suprirem as deficiências indicadas, identificando de forma precisa, concisa e segmentada a(s) conduta(s) que pretendem ver sindicadas.

Registe, notifique e publique.

Praia, 28 de fevereiro de 2023

José Pina Delgado (Relator)

Aristides R. Lima

João Pinto Semedo

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 28 de fevereiro de 2023

O Secretário,

João Borges